

O tapete da dívida pública

A dívida pública se converteu em enorme tapete. Para baixo dele o governo varre os problemas das contas oficiais. Na semana passada, foi a vez de empurrar com a vassoura o fiasco da capitalização do Banco do Brasil. Como não apareceram compradores suficientes no mercado, o Tesouro acabou ficando com as ações encalhadas. Comprou-as por R\$ 7,84 bilhões. Para arranjar o dinheiro, vendeu títulos, aumentando, assim, a dívida federal.

Resolveu-se, com isso, a dificuldade imediata de uma instituição estatal, o BB, e pendurou-se mais uma conta no passivo do governo. Como foi uma compra de ações, houve um acréscimo de igual valor no lado do ativo. Esse é o argumento oficial. Mas o valor das ações depende tanto dos humores do mercado quanto do desempenho do banco. Depois, nada garante que o Tesouro encontre com-

prador, facilmente, quando quiser livrar-se dos papéis. A dívida, no entanto, custará juros ao governo, seja qual for o lucro do BB. Além disso, quanto maior a dívida total, maior o esforço necessário para manter a confiança do mercado nos papagaios oficiais. Por enquanto, os compradores de títulos federais mostram boa vontade. Tem sido possível reduzir a carga de juros, mas nem por isso os custos financeiros são baixos.

Empurrar os problemas para baixo do tapete, convertendo-os em dívida, tem sido a forma encontrada para vencer os impasses. Os agricultores reclamam das dívidas? O jeito é renegociá-las, com as bênçãos do Tesouro. Os bancos estaduais vão mal? Advinhem quem vai bancar a ajuda. Quando não é o Tesouro, o Banco Central se encarrega do serviço. Ninguém quer os títulos de Estados e municípios? Não há problema. O BC

emite títulos próprios e substitui, com eles, a papelada estadual e municipal. Com as novas facilidades concedidas a governadores de Estados e prefeitos, para receber mais empréstimos de instituições federais, velhas dívidas acabam sendo roladas. Se houver problema para a Caixa Econômica, o Tesouro, em algum momento, acabará resolvendo.

Quando tudo se acerta dessa maneira, o esforço de obter superávit primário acaba sendo perdido. O que se pode ganhar na administração do dia-a-dia se consome em juros e na criação de compromissos financeiros cada vez maiores. O calombo no tapete é cada vez mais visível e o ano eleitoral certamente não ajudará a impedir o inchaço.

Recorrer ao endividamento é apenas a nova aparência de um velho jogo. Por muito tempo, a composição de interesses desembocou quase dire-

tamente na inflação. Desarranjar as contas públicas e a moeda é a velha fórmula de conciliação. Não se pode, hoje, com a mesma facilidade, recorrer a essa mágica. Por dois anos foi possível manter baixa a inflação — baixa para os velhos padrões brasileiros — e não há perigo iminente de um recrudescimento.

Os mercados têm funcionado razoavelmente, com a abertura balizando o sistema de preços. A maior parte do setor produtivo privado se adaptou rapidamente às novas condições. Mas velhos costumes políticos não somem de uma hora para outra. Enquanto não se enterram, a dívida pública funciona como o instrumento de conciliação. Esse tipo de acerto não se pode prolongar indefinidamente, a menos que se queira comprometer o Plano Real. É por aí, e não por algum abuso de preço, que um bom plano se perde.